

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.624 - MT (2019/0311797-6)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**
RECORRIDO : **ANDREIA ALVES**
RECORRIDO : **DANIELLA MOREIRA NERY SANTIAGO CLOSS**
RECORRIDO : **LAURA FRANCESCA PIPI DE SOUZA WILLON**
RECORRIDO : **LUSANDRA GRACIELA CONTE**
ADVOGADOS : **LAURA FRANCESCA PIPI DE SOUZA WILLON E OUTRO(S) -**
MT010637
ANDREIA ALVES - MT000916
DANIELLA MOREIRA NERY SANTIAGO GLOSS - SP266589

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ADVOGADO. LIMITAÇÃO DE ATENDIMENTO POR SENHA EM AGÊNCIA DO INSS. ILEGALIDADE. ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE TRATAMENTO PRIVILEGIADO. SENTENÇA MANTIDA.

1. Segundo o artigo 133 da Constituição Federal, o advogado é 'indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei'.
2. A referida norma constitucional consagra o princípio da essencialidade da Advocacia e institui a garantia da inviolabilidade pessoal do advogado, além de demonstrar o papel fundamental do advogado na manutenção do Estado Democrático de Direito, na aplicação e na defesa da ordem jurídica, bem como na proteção dos direitos do cidadão.
3. O Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906/94), por sua vez, ao tratar dos direitos do advogado, em seu artigo 7º, dispõe de maneira clara sobre o livre ingresso destes profissionais em repartições públicas para 'praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, dentro do expediente ou fora dele, e ser atendido, desde que se ache presente qualquer servidor ou empregado'.

4. No caso dos autos, pretendem as advogadas impetrantes que não lhes seja limitado o número de atendimentos por senha em agência do INSS, bem como que a autarquia realize consultas e forneça informações relativas aos segurados.

5. Os pedidos das impetrantes estão de acordo com o exercício do munus do advogado para a realização de suas atividades profissionais, não violando, assim, o princípio da isonomia nem conferindo tratamento privilegiado injustificado. Precedentes do STF: RE 277065/RS, Primeira Turma, Rei. Ministro Marco Aurélio, DJe-090 DIVULG 12-05-2014 PUBLIC 13-05-2014 e AI 748223 AgR/SP, Primeira Turma, Rel. Ministro Dias Toffoli, DJe-195 DIVULG 06-10-2014 PUBLIC 07-10-2014.

6. Apelação e remessa oficial a que se nega provimento" (fl. 106e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 111/119e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO.

1. Não há omissão, contradição ou obscuridade que justifique o provimento dos presentes embargos de declaração. Matérias enfrentadas no acórdão embargado.

2. O acórdão embargado contém o exame de toda a matéria trazida à apreciação do Colegiado, o qual foi claro ao afirmar que não existe no Texto Constitucional qualquer limitação à jornada de trabalho dos profissionais de saúde, exigindo-se, apenas, a compatibilidade de horários. Assim, a exigência estabelecida no parecer da Advocacia Geral da União (GQ-145), além de não possuir força normativa, não pode ir além do que estabelece a norma constitucional e legal.

3. O acórdão afirmou, ainda, que, "[n]os termos da moderna jurisprudência do STJ e do STF, a nomeação tardia a cargo público, em decorrência de decisão judicial, não gera direito à indenização (EREsp 1117974/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Rel. p/ Acórdão Ministro Teori Albino Zavascki, Corte Especial, julgado em 21/09/2011, DJe 19/12/2011)'.

4. O acórdão também foi expresso ao declarar que, em virtude da sucumbência recíproca, ficam compensados os honorários advocatícios, devendo cada parte arcar com o ônus do pagamento a

Superior Tribunal de Justiça

seus respectivos patronos.

5. Tem-se por prequestionada matéria constitucional e/ou infraconstitucional tão somente pela agitação do tema nos embargos, sem necessidade de reexame dos fundamentos do voto condutor do aresto ou de provimento dos embargos declaratórios para se alcançar tal fim (cf. STF, AI 648.760 AgR/SP, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ de 30/11/2007, p. 068).

6. Embargos de declaração da parte autora e da União Federal rejeitados" (fl. 125e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos **arts. 267, VI, 535 do CPC/73, 1º, 6º e 7º, VI, c, da Lei 8.906/94, 1º, 6º, §§ 3º e 5º, 22 da Lei 12.016/2009, 3º, I, da Lei 10.741/2003, 9º da Lei 7.853/89, 5º a 8º da Lei 9.784/99**, sob os seguintes fundamentos: a) não obstante a oposição dos Embargos Declaratórios, o Tribunal de origem deixou de se manifestar acerca da legislação federal indicada (fl. 135e), b) inadequação da via eleita, c) "o privilégio estabelecido em favor do advogado corresponde a um prejuízo no fluxo de atendimento que será suportado pelo segurado da previdência social" (fl. 142e), d) ofensa ao princípio da isonomia.

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 401/402e).

A irresignação não merece prosperar.

Na origem, trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela parte ora recorrida, "contra o responsável pela Agência da Previdência Social de Rondonópolis, a fim de que não seja limitado o número de atendimentos por senha, assim como seja a autoridade coatora obrigada a realizar consultas e fornecer as informações contidas em sua base de dados" (fl. 66e).

Concedida, em parte, a segurança, recorreu o réu, tendo o Tribunal local negado provimento à remessa oficial e à Apelação do INSS.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL

Superior Tribunal de Justiça

MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Quanto à alegada ofensa aos artigos **6º da Lei 8.906/94, 1º, 6º, §§ 3º e 5º, 22 da Lei 12.016/2009, 9º da Lei 7.853/89, 5º a 8º da Lei 9.784/99**, o Recurso Especial não ultrapassa a admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, por simples cotejo das razões recursais e os fundamentos do acórdão, percebe-se que as teses recursais vinculadas aos dispositivos tidos como violados não foram apreciadas no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão

Superior Tribunal de Justiça

recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Por outro lado, constata-se que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a orientação desta Corte, segundo a qual o advogado tem o direito de ser atendido pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sem a necessidade de prévio agendamento ou limitações no número de atendimento.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 568 DA SÚMULA DO STJ.

I - O recurso não merece prosperar, uma vez que o entendimento prestigiado pelo acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência do STJ, no sentido de não ser legítima a fixação de restrições pelo INSS ao atendimento específico de advogados, com a limitação de número de requerimentos e ainda a exigência de prévio agendamento, circunstâncias que violariam o livre exercício profissional e as prerrogativas próprias da advocacia. A propósito, veja-se o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 659.677/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 4/5/2017, DJe 17/5/2017.)

II - Observado que o entendimento aqui consignado, lastreado na jurisprudência, é prevalente no Superior Tribunal de Justiça, aplica-se o enunciado da Súmula n. 568/STJ.

III - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 1.357.635/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/12/2018).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. INSS. EXIGÊNCIA DE AGENDAMENTO PRÉVIO. RESTRIÇÃO AO LIVRE EXERCÍCIO DA ADVOCACIA. AUSÊNCIA DE PRIVILÉGIO INJUSTIFICADO. LEI 8.906/1994. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM O

ENTENDIMENTO DO STJ.

1. A decisão recorrida se alinhou à jurisprudência pacífica do STJ de que o advogado tem o direito de ser atendido nas repartições públicas sem a necessidade de prévio agendamento ou limitações no número de atendimento, não significando conferir privilégio injustificado em detrimento dos demais segurados. Precedentes: AgInt no REsp 1.712.050/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 5.6.2018; REsp 1.646.618/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 19.4.2017.

2. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.755.177/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/11/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. ADVOGADOS. INSS. ATENDIMENTO. AGENDAMENTO. HORA MARCADA. ESTATUTO DA ADVOCACIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Cuida-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado por Niglei Lima de Oliveira, advogada, ora agravada, contra ato do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ora agravante, com o objetivo de lhe assegurar o direito de protocolizar mais de um requerimento de benefícios previdenciários ao mesmo tempo, independentemente de atendimento por hora marcada.

2. O Juiz de primeiro grau denegou a segurança.

3. O Tribunal *a quo* deu provimento à Apelação da ora agravada.

4. **Esclareça-se que o STF quando apreciou o Recurso Extraordinário 769.254/SP, afetado para a análise da existência de repercussão geral do Tema 741 (Validade da exigência do INSS de prévio agendamento para atendimento de advogados e da restrição a um único requerimento de benefício previdenciário por atendimento), entendeu pela sua inexistência por ser a matéria de cunho infraconstitucional.**

5. **A Administração Pública não pode restringir o direito assegurado ao advogado pela Lei 8.906/1994, Estatuto da Advocacia, por razões de conveniência para o bom atendimento ao público.**

6. **Como bem destacou o Tribunal de origem, somente a Lei poderá restringir os direitos dos advogados, que são indispensáveis à administração da justiça.**

7. **Assim, os advogados devem ser atendidos, dentro do horário do expediente do Instituto Nacional do Seguro Social -**

Superior Tribunal de Justiça

INSS, diretamente pelo servidor, sem necessidade de agendamento pelo chamado 'Atendimento por hora marcada'.

8. Agravo Interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 659.677/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/05/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, já que, conforme orientação fixada pela Súmula 105/STJ, não é admitida a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em Mandado de Segurança.

I.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora